

# A Importância das Trilhas Regionais para Viabilização da Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso

Michel Tadeu R. N. de Omena <sup>I</sup>  
Michel Bregolin <sup>II</sup>

<sup>I</sup> PhD program in Ecology, Federal University of Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brazil.

<sup>II</sup> Caxias do Sul University (UCS), Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brazil.

**Resumo:** A urbanização acelerada tem incentivado o turismo em ambientes naturais e a busca da reconexão homem-natureza. Nesse contexto, este artigo relata a implantação da Rede Brasileira de Trilhas (RBT) a partir do acompanhamento das atividades da Trilha Regional “Caminho das Araucárias”, da análise de documentos oficiais e dados sobre a RBT presentes em mídias digitais. Avaliamos o potencial de a RBT contribuir para a conservação da natureza, a conexão de paisagens, a promoção do turismo e do bem-estar via recreação ao ar livre. Neste estudo constatamos que foram criados 1.600 novos quilômetros de trilhas em dois anos e que houve o crescimento do voluntariado e da integração entre gestores de Unidades de Conservação (UCs). Por fim, ressalta-se a importância das trilhas regionais para viabilizar a RBT, destacando a sua relevância para a conservação das UCs e a geração de emprego e renda local conforme apontam iniciativas internacionais semelhantes.

**Palavras-chave:** Trilhas; Conservação; Turismo; Áreas Protegidas; Rede Brasileira de Trilhas; Caminho das Araucárias.

São Paulo. Vol. 23, 2020

Artigo Original

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20190053r2vu2020L5AO>

## Introdução

Ao longo do século XX iniciou-se um processo de concentração demográfica e urbano-industrial que teve como consequência a criação de áreas metropolitanas altamente adensadas (MATOS; BAENINGER, 2004). Concomitantemente a isso, o contato com a natureza nessas regiões limitou-se a poucos e pequenos espaços que acabaram superlotados nos momentos de lazer das comunidades (LOBODA; DEANGELIS, 2005; COHEN et al., 2005).

Atualmente observa-se que, na medida em que as aglomerações urbanas crescem, uma maior taxa de saída para viagens de férias também pode ser constatada (BENI, 2007). Um indicativo desse fenômeno no Brasil é identificado na maior visitação das Unidades de Conservação (UCs) federais cujos registros passaram de 1,9 milhões de visitantes em 2000 para 12,4 milhões no ano de 2018 (SOUZA; SIMÕES, 2018; ICMBIO, 2019a). Entre 2012 e 2018 esse crescimento foi ainda mais expressivo, com mais de 100% de aumento (ICMBIO, 2019a).

Essa maior demanda de uso público recreativo das UCs tem estimulado uma mudança de paradigma na gestão das UCs no Brasil. Com ela, o entendimento deixa de ser apenas proteger e preservar, passando a compreender que o uso público recreativo ordenado é um objetivo no mesmo nível da conservação (CASTRO, 2018).

Essa nova compreensão se aproxima daquela adotada nos Estados Unidos em 1872, quando se criou o Parque Nacional de Yellowstone, considerado o primeiro local a adotar o conceito moderno de áreas naturais protegidas (EAGLES; HAYNES; MCCOOL, 2002). Nessa concepção, as áreas protegidas são compreendidas como espaços abertos que melhoram a qualidade de vida da população urbana por meio da prática de atividades físicas e de contemplação da natureza (EAGLES; HAYNES; MCCOOL, 2002).

Seguindo esse conceito, o sistema federal de áreas naturais protegidas estadunidense – com dimensão territorial equivalente ao sistema brasileiro (MENEZES, 2014) – recebeu um total de 331 milhões de visitantes em 2017, segundo as estatísticas do National Park Service (NPS, 2019), ou seja, uma quantidade 30 vezes superior ao Brasil no mesmo período. Por causa desse fluxo foram registrados nos Estados Unidos gastos de 8 bilhões de dólares nas áreas de hotelaria, restaurantes, serviços turísticos, postos de combustíveis, entre outros (STATISTA, 2018).

Esses dados demonstram como a ampliação do uso público nas áreas protegidas brasileiras poderia se converter em alternativa de desenvolvimento econômico e em incentivo para aproximar a população da natureza. Com seu incremento uma maior visibilidade dessas áreas poderia ocorrer, contribuindo para alertar a sociedade quanto aos riscos de redução de área protegida, de alteração de categoria de mais para menos protegida e até de desafetação completa (CORREIA et al., 2018).

É nesse sentido que as trilhas se configuram como uma opção diferenciada para o Brasil, especialmente quando se consideram as restrições de recursos para a gestão das UCs (MEDEIROS et al., 2011), o custo reduzido, a simplicidade da infraestrutura requerida e o baixo nível de exigência física que a caminhada exige dos praticantes. Assim, a implantação de uma rede nacional de trilhas se apresenta como instrumento viável para ampliar rapidamente o acesso da sociedade a essas áreas (MENEZES, 2014).

As trilhas podem incentivar o contato das pessoas com a natureza. Exemplo disso se encontra na França, onde a Federação Nacional de Caminhantes registrou, em 2017, um total de 250 mil associados e 20 mil voluntários, os quais mantiveram conjuntamente 180 mil quilômetros de trilhas (FFRP, 2017). Por elas, 15 milhões de pessoas caminham anualmente (L-VIS et al., 2016), ou seja, aproximadamente 22% da população francesa (INSEE, 2018).

Além de favorecerem o acesso às áreas naturais, as trilhas podem ser também uma alternativa para o alcance de outros objetivos como a promoção da saúde da população (MERRIAM et al., 2017) e o incentivo ao desenvolvimento econômico local (PLTA, 2011).

Em relação à saúde, deve ser considerado que os parques públicos são um importante elemento na construção de um ambiente de vida saudável e que, por isso, sua disponibilização se configura como uma intervenção proativa e preventiva do sistema público de saúde (ARENA et al., 2017). Nessa mesma direção, Merriam e colaboradores (2017) destacam que os parques e as trilhas contribuem com a saúde humana de uma forma holística pois promovem oportunidades para a realização de atividades físicas, de redução do estresse, de criação de interações sociais e, indiretamente, de apoio à sustentabilidade ambiental.

Como mencionado, além das contribuições para a saúde, as trilhas estimulam as economias locais (PLTA, 2011). Na trilha “Virginia Creeper Rail Trail” nos Estados Unidos constatou-se que dois municípios do seu entorno obtiveram um impacto econômico de 1,6 milhão de dólares em 2003 em razão dos gastos efetuados por visitantes (BOWKER; BERGSTROM; GILL, 2007). Destaca-se ainda que somente na Província de Huesca (Espanha) a prática de caminhadas teria sido responsável pela geração de uma receita turística de 32 milhões de euros em 2003 (GALLEGOS, 2007).

Outro exemplo de impacto econômico associado às trilhas envolve os eventos que as promovem. O “Rando des Jasseries”, realizado na França em 2015, gerou um impacto de 36 euros na economia local para cada euro que foi investido no evento (VALLON PONT D´ARC, 2016; FFRP, 2017).

No Brasil, onde este processo de implantação de trilhas é recente, ainda não se identificam estudos sobre o impacto econômico das viagens motivadas pela prática de caminhadas. Contudo, conforme destacam Souza e Simões (2018), é possível vislumbrar seu potencial quando se considera que, para cada real investido nas UCs brasileiras em 2017 foram obtidos sete reais em benefícios econômicos para a sociedade.

Considerando que o turismo de caminhadas representa uma importante ferramenta para o turismo sustentável e uma garantia de conservação do patrimônio cultural e natural (KASTENHOLZ; RODRIGUES, 2017) e com base nos resultados positivos atingidos pela implantação da Trilha Transcarioca no Rio de Janeiro (MENEZES, 2015; O GLOBO, 2017), iniciaram-se esforços para a criação de uma rede brasileira de trilhas de longo curso (RBT) que culminou na oficialização da Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade – RedeTrilhas através da publicação de uma Portaria Conjunta dos Ministérios do Meio Ambiente e Turismo (BRASIL, 2018a). Esta foi uma ação de regulamentação prioritária para o país aproveitar plenamente e rapidamente seu potencial

para o turismo de natureza, reconhecido pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo como sendo o maior do planeta (WTTC, 2018).

Com extensão de 8.515.767 km<sup>2</sup> (IBGE, 2012), equivalente a quase 50% da América do Sul (FIGUEIREDO, 2010), o território brasileiro apresenta condições para desenvolver uma ampla oferta turística orientada para as caminhadas. Isso pode ser constatado quando se identifica que somente a França, com um território aproximadamente 17 vezes menor, possui 180.000 km de trilhas (FFRP, 2017; INSEE, 2018).

Também cabe ressaltar que, enquanto no exterior as áreas naturais protegidas estão intimamente relacionadas com Parques Nacionais ou áreas silvestres, no Brasil este termo engloba ainda terras indígenas ou quilombolas. Por isso, as áreas protegidas do país abrangem 30,2% do território no seu conjunto (EMBRAPA, 2018). Dessas áreas, muitas apresentam potencial para receberem trilhas que incentivem o envolvimento das populações do entorno e dos visitantes com a conservação, valorizem aspectos culturais locais e gerem emprego e renda (GALLEGOS, 2007; BREVES; MENEZES, 2018).

Como a caminhada é uma atividade de baixo impacto e uso indireto, a implantação de trilhas para caminhantes parece ser adequada mesmo no caso das áreas naturais protegidas com fins específicos de conservação da natureza, denominadas no Brasil como Unidades de Conservação (UCs), conforme a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (BRASIL, 2000).

A análise dessa lei permite constatar que *a priori* essas infraestruturas poderiam ser instaladas sem maiores problemas em algumas categorias de UCs do grupo de Proteção Integral que apresentam perfil mais restritivo e exigem uso indireto. Entre elas, os Parques Nacionais se destacam para receberem esse tipo de ação devido aos seus objetivos vinculados ao desenvolvimento do turismo sustentável e da recreação ao ar livre (BRASIL, 2000). Já no caso das unidades de Uso Sustentável não existem restrições para esse tipo de implantação (BRASIL, 2000).

Os elementos apresentados sinalizam que o Brasil possui grande potencial para o desenvolvimento de um turismo de caminhadas, o qual poderia alcançar 2 milhões de pessoas anuais, segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2018b). Contudo para que o aproveitamento desse potencial seja pleno e atenda aos requisitos da conservação da natureza e do desenvolvimento econômico e social é necessário verificar como está ocorrendo a implantação dessa rede.

Assim, será possível identificar antecipadamente situações que possam colocar em risco a sua efetivação, permitindo, em tempo, que se adotem medidas adequadas para sua mitigação ou supressão. Possibilitará, ainda, identificar ações que poderão ser replicadas para potencializar a rede a partir de experiências exitosas de outros países.

Com esse intuito, foram estabelecidos os seguintes objetivos para este artigo: a) descrever a situação atual da RBT; b) descrever situações associadas à sua implantação junto à trilha regional “Caminho das Araucárias”; c) identificar situações relacionadas com esta implantação que merecem atenção ou aprimoramentos; d) identificar medidas adotadas por iniciativas semelhantes em outros países e que poderão ser incorporadas pela rede brasileira para reduzir riscos na sua implantação e para potencializar benefícios.

## Metodologia

A presente pesquisa pode ser classificada como qualitativa e exploratória-descritiva (GIL, 2011). Seu caráter qualitativo está associado aos instrumentos de coleta utilizados e à natureza dos dados analisados. Ainda conforme Gil (2011), a pesquisa é exploratória por adotar uma abordagem flexível nos procedimentos de pesquisa para alcançar seu objetivo frente à restrita produção científica sobre o tema no Brasil. Além disso, também é descritiva pois relata o processo de implantação da RBT.

Em relação aos procedimentos de coleta de dados, eles consistiram em observação participante de atividades do grupo responsável pela trilha regional Caminho das Araucárias (integrante do Corredor Litorâneo da RBT), assim como em consulta de fontes na internet e de documentos relacionados ao assunto trilhas de longo curso.

Os dados coletados da internet foram obtidos em páginas oficiais de sistemas nacionais e internacionais de trilhas de longo curso, em matérias jornalísticas e em publicações de grupos temáticos de diferentes mídias sociais como Facebook, Youtube e Wikiparques. Já os dados documentais são provenientes de documentos editados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Turismo – cujo propósito é orientar e regulamentar a RBT –, bem como de Atas das Reuniões dos Grupos Gestores da RBT e do Caminho das Araucárias.

Na análise do material coletado procedeu-se uma análise de conteúdo com categorias *a posteriori*, ou seja, categorias que emergiram do *corpus* de dados coletados (BARDIN, 2000), situação coerente com o caráter exploratório da pesquisa e com a disponibilidade ainda restrita de dados sobre o assunto no Brasil. A partir disso foi possível obter os resultados apresentados e discutidos.

## Resultados

### A Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso (RBT)

O primeiro passo para a criação de uma trilha de longo curso no Brasil ocorreu no estado do Rio de Janeiro, em 1999, com o início da implantação da Trilha Transcarioca (MENEZES, 2015; O GLOBO, 2017). Desde aquele momento, essa trilha tem se expandido, atingindo atualmente 180 km de extensão por meio de um processo que, ao mesmo tempo, estimulou o surgimento de parcerias entre UCs, a articulação de diferentes níveis de governo e o envolvimento de um número crescente de voluntários (TRILHA TRANSCARIOCA, 2018).

Apoiado nos resultados positivos da Trilha Transcarioca, reconhecida em 2017 como equipamento público do município do Rio de Janeiro e maior trilha urbana da América Latina (O GLOBO, 2017), o ICMBio, por meio de sua Coordenação Geral de Uso Público, criou a RBT para incentivar a reprodução daquele modelo em outras regiões do país (BRASIL, 2018c).

Um aspecto importante da RBT é que ela prevê a participação de parceiros da sociedade civil tais como universidades, ONGs, grupos de montanhistas e escoteiros, todos trabalhando voluntariamente. Conta, ainda, com o engajamento de órgãos estaduais e municipais de meio ambiente.

Para incentivar a mobilização dessa rede de parceiros o ICMBio tem organizado oficinas de capacitação com entidades e voluntários em diversos estados brasileiros desde 2017 (MENEZES, 2017; MENEGASSI, 2017b). Durante os encontros, a RBT é apresentada e são fornecidas orientações acerca do planejamento e da sinalização dos percursos.

Devido ao potencial demonstrado pela rede para incrementar a oferta turística nacional e promover o turismo interno, a RBT passou a contar com o apoio formal do Ministério do Turismo desde outubro de 2018, mediante estabelecimento de um termo de cooperação (ICMBIO, 2018; BRASIL, 2018b). Além disso, foi reconhecida como uma das iniciativas premiadas pelo Prêmio Nacional de Turismo 2018 (MENEGASSI, 2018).

### Trilhas como conectoras de UCs

O ICMBio e seus parceiros têm trabalhado para que além do aspecto turístico as trilhas contemplem a conexão de paisagens e a criação de corredores ecológicos entre diferentes UCs, pois esses corredores têm um papel fundamental para a conservação da natureza ao permitirem que populações não fiquem isoladas e corram risco de extinção. Essa relevância das trilhas para a conectividade das paisagens foi reconhecida oficialmente pela Portaria nº 75, de 26 de março de 2018 (BRASIL, 2018d), que instituiu o Programa Nacional de Conectividade de Paisagens (Conecta) do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Orientados por essas diretrizes um amplo conjunto de atores tem trabalhado para implantar novas trilhas que seguem um mesmo padrão de sinalização, caracterizado por pegadas amarelas e pretas (Figura 1), conforme indicado no documento Manual de Sinalização de Trilhas, editado pelo ICMBio (BRASIL, 2018c) e disponível na internet para download.

Figura 1 – Símbolo geral da Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso



Fonte: Breves e Menezes (2018).

Como informam Breves e Menezes (2018), além da Trilha Transcarioca, a RBT foi inspirada também nos sistemas de trilhas de longo curso estadunidense (National Trails

System) e europeu (European long-distance paths). No caso do sistema europeu, segundo a European Rambles Association (ERA, 2018), cada uma das 12 trilhas denominadas E-Paths (E1 a E12) são constituídas por trechos menores nacionais ou regionais, os quais foram projetados para impulsionar o comércio e os serviços turísticos locais. Essa premissa também foi adotada na RBT e por isso ela é composta por um conjunto de trilhas regionais para cada grande corredor (MENEGASSI, 2017b).

Ademais, ressalta-se que os trechos finais das trilhas regionais coincidem com o início das trilhas seguintes para viabilizar que o praticante possa caminhar por períodos variáveis que se ajustem à sua disponibilidade de tempo durante suas folgas ou férias (BREVES; MENEZES, 2018). Assim busca-se estimular, ainda, o envolvimento das comunidades do entorno com a manutenção e o desenvolvimento das trilhas. Por isso, a RBT está sendo implantada conjuntamente pela sociedade civil e por órgãos públicos (BREVES; MENEZES, 2018).

Para incentivar sua apropriação pelas comunidades de cada região o padrão de sinalização incorpora elementos visuais com significado local. Um exemplo disso é apresentado na Figura 2 em que se apresenta a sinalização de um trecho da trilha “Caminho das Araucárias” cuja pegada padrão faz alusão ao Leão Baio ou à Onça-parda (*Puma concolor*), espécie que é símbolo da fauna regional. Já em outros locais do mesmo caminho destaca-se a Araucária (pinheiro brasileiro, *Araucaria angustifolia*), elemento relevante da paisagem dos locais por onde a trilha regional passa.

**Figura 2 – Implantação da sinalização padrão da RBT no Caminho das Araucárias durante oficina de capacitação de voluntários realizada na Floresta Nacional de São Francisco de Paula**



Fonte: Daniel Spiazzi (2019a).

### As Trilhas da Rede Brasileira

Conforme dados do ICMBIO (2018b), 1.900 km de trilhas estavam prontos em outubro de 2018, as quais estão distribuídas por um mosaico de quatro itinerários de longo curso principais (Quadro 1). Até o momento não há uma regulamentação que estabeleça as nomenclaturas que devem ser usadas em cada caso e, por isso, constata-se que diferentes termos (caminho, circuito, corredor, travessia, trilha ou rota) foram adotados pelos atores regionais envolvidos com a implantação de cada trecho. Apesar disso, normalmente os termos corredor ou caminho têm sido usados para se referirem aos itinerários principais, compostos pela junção de trilhas regionais ou locais (ICMBIO, 2018).

Quadro 1 – Itinerários principais da Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso.

Nome	Descrição
Corredor Litorâneo	Ligará os municípios Oiapoque e Chuí, localizados no extremo norte e extremo sul do litoral brasileiro, respectivamente.
Caminho dos Goyazes	Conectará a cidade de Goiás Velho até o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, ambos no estado de Goiás. Passará, também, pelo Distrito Federal.
Caminhos Coloniais	Antigas rotas do período colonial e imperial, localizadas entre o litoral do estado do Rio de Janeiro e a Chapada dos Veadeiros (Goiás), local em que se conectarão ao Caminho dos Goyazes.
Caminhos do Peabiru	Ligará o Parque Nacional do Iguaçu ao litoral paranaense.

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Entre os percursos regionais total ou parcialmente implementados do Corredor Litorâneo, estão: a Rota dos Faróis, a Travessia do Tabuleiro, a Rota da Baleia Franca, a Transmantequeira, a Trilha Transcarioca, a Rota Darwin, os Caminhos da Serra do Mar, a Travessia do Caparaó, a Rota do Descobrimento, a Rota das Emoções, a Rota do Guarumã, a Trilha do Amapá, Rota da Ilha de Santa Catarina e o Caminho das Araucárias.

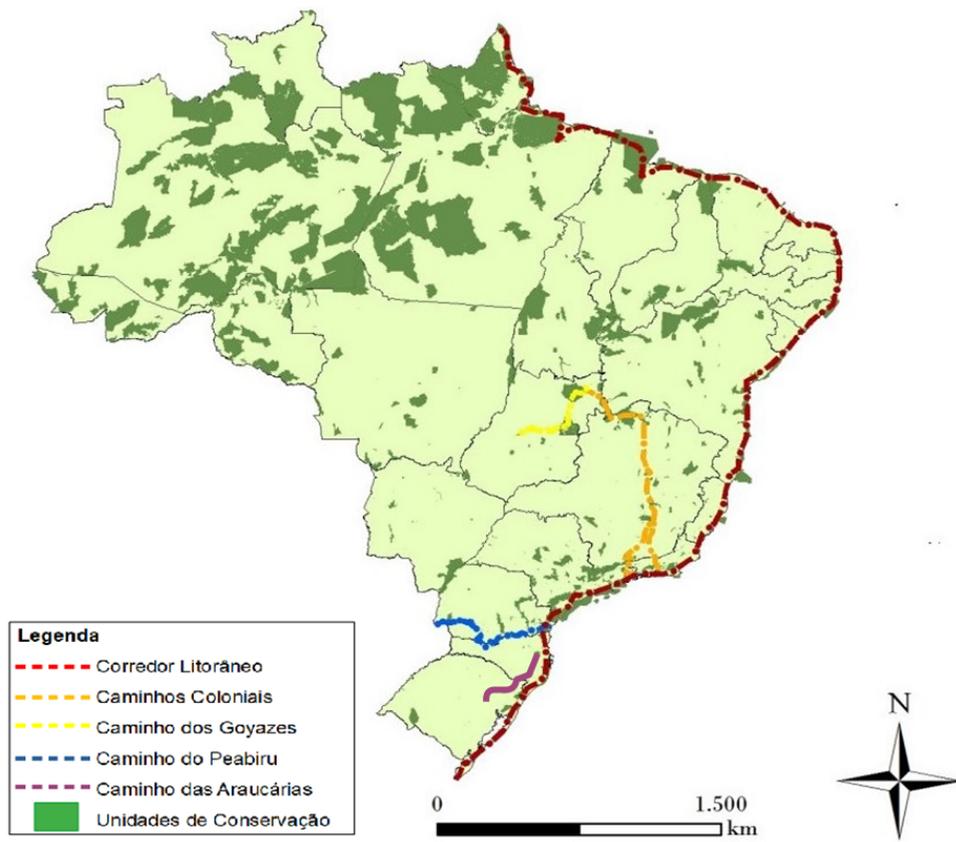
O Caminho de Cora Coralina, Trilha Missão Cruis e a Travessia das Sete Quedas integram o Caminho dos Goyazes. Por sua vez, as trilhas regionais do Caminho do Peabiru reproduzem parte do trajeto utilizado pelos índios Guarani, entre o Oceano Atlântico e a Cordilheira dos Andes no Pacífico Sul, destacando-se que, neste caminho, o trecho localizado no Parque Nacional das Araucárias (SC) já está sinalizado.

Por sua vez, os Caminhos Coloniais incluem em seus domínios a Trilha Transcarioca, parte dos Caminhos da Serra do Mar, além da Trilha Transespinhaço – rota próxima a Belo Horizonte (MG), situada entre o Parque Nacional da Serra do Cipó (MG) e o município mineiro de Diamantina.

Além desses percursos existem outros que já foram sinalizados com o mesmo padrão da RBT sem estarem vinculados a um corredor, bem como há outros que ainda estão em fase de planejamento. Exemplo do primeiro caso é a Trilha da Reserva Extrativista

Chico Mendes no Acre (MENEGASSI, 2017a) e do segundo caso a Trilha do Velho Chico, a qual prevê ligar a nascente e a foz do Rio São Francisco tendo uma extensão estimada de 2.700 km (RIBEIRO JÚNIOR, 2018). Esses casos demonstram o potencial que a RBT apresenta para conectar UCs e paisagens brasileiras abrangendo diferentes biomas (Figura 3).

Figura 3 – Mapa ilustrativo da Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso



Fonte: Adaptado pelos autores a partir de Breves e Menezes (2018).

Atualmente, a Rede Brasileira de Trilhas já alcança 164 UC privadas e públicas de todas as esferas de governo de 17 estados e do DF, ultrapassando 2.000 km sinalizados e possuindo 2.500 km em fase de implantação (WIKILOC, 2019; RBT, 2019).

### Viabilização da RBT por meio da implantação de trilhas regionais: evidências do Caminho das Araucárias.

A implantação rápida da RBT somente está sendo possível por causa da ampla adesão da sociedade civil. Entre as evidências que apontam para isso estão elementos

perceptíveis que carecem de base referencial para sua mensuração como ocorre com as menções crescentes sobre o tema identificadas no Google, considerado como principal site de buscas utilizado no país (STATCOUNTER GLOBAL STATS, 2019); o resumo estatístico de disponibilização recente de vídeos sobre o assunto no site do You Tube (YOU TUBE, 2019) e a introdução de trilhas vinculadas a RBT em aplicativos especializados como Wikiloc e Passaporte para Trilhas (WIKILOC, 2019; SÃO PAULO, 2018).

Além desses, outros dados passíveis de mensuração apontam para a mesma direção. O principal é o aumento na quantidade de quilômetros de trilhas sinalizadas com esse padrão. Eram 350 em 2016, passaram para 1.900 em 2018 (ICMBio, 2018b) e já atingiriam mais de 2.000 km em agosto de 2019 (RBT, 2019).

Além disso houve um aumento de cerca de 62% no número de seguidores da página oficial da RBT no Facebook. Os 2.581 seguidores registrados em outubro de 2018 passaram a ser 4.184 em setembro de 2019 (FACEBOOK, 2019).

Pondera-se ainda que se as pesquisas forem realizadas com o nome dos trechos regionais esses números aumentam significativamente pois existe um processo constante de organização de mutirões de sinalização como exemplificam as divulgações de mutirões da Trilha Transmantequeira (MENEGASSI, 2019) e do Caminho das Araucárias (CAMINHO DAS ARAUCÁRIAS, 2019b).

Deste modo é possível constatar algumas situações importantes relacionadas à viabilidade da implantação da RBT por meio das trilhas regionais. No caso do Caminho das Araucárias (Figura 4) destaca-se o aumento no número de inscrições efetivadas por voluntários para atuarem na sinalização de trilhas do Parque Nacional de São Joaquim – de 24, em 2018, para mais de 200, em 2019 (ICMBIO, 2019b). Outro aspecto que merece ser ressaltado é a expansão rápida dessa trilha, dos 9 km sinalizados durante a primeira oficina ocorrida na região em setembro de 2017 avançou-se para 170 km em setembro de 2019 (CAMINHO DAS ARAUCÁRIAS, 2019b).



## Discussão

Conforme Jepson e colaboradores (2017), UCs geram ativos importantes em diversas categorias. Entre eles, podem ser citados: Ativos Biofísicos (conservação da fauna e flora), de Infraestrutura (estradas de acesso, serviços públicos, infraestrutura para visitantes), Culturais (manutenção do conhecimento tradicional), Institucionais (regramento) e Humanos (guias, guardas-parque, pesquisadores etc.).

Os dados analisados sobre a implantação da RBT se mostram promissores e indicam que essas áreas podem gerar ativos para a sociedade. Entre os elementos que justificam esta compreensão estão o crescimento da adesão de voluntários envolvidos na sinalização, a ampliação da quantidade e da extensão das trilhas sinalizadas nas UCs e em seus entornos e o aumento da disponibilidade de produtos turísticos baseados em trilhas por parte de operadoras regionais (CAMINHO DAS ARAUCÁRIAS, 2019b). Destaca-se, também, a maior aproximação entre gestores de UC das três esferas de governo e dessas administrações com a sociedade civil.

O processo dinâmico e engajado de participação dos voluntários indica que a estratégia de viabilização da RBT via construção de trilhas regionais com envolvimento da sociedade civil parece se mostrar uma decisão assertiva como os dados do Caminho das Araucárias sinalizam. Contudo como essa implantação é recente e ocorre de forma descentralizada, ela ainda carece de mais organização, embora já exista um comitê gestor do MMA para a RBT, em razão dela fazer parte do programa de conectividade de paisagens citado anteriormente (BRASIL, 2018d).

A criação de uma entidade centralizadora poderia melhorar a comunicação entre os parceiros e padronizar ações de monitoramento, melhorando o planejamento e identificando e corrigindo rapidamente problemas operacionais. A partir da sua instituição, métricas precisas que possibilitassem mensurar quanto do esforço de implantação da rede é público ou particular também poderiam ser criadas, ajudando assim na verificação se a RBT tem se convertido efetivamente em vetor de engajamento e envolvimento da sociedade civil com a conservação e o apoio às UCs.

Esse acompanhamento oportunizaria, ainda, identificar antecipadamente problemas a serem enfrentados por ela. Apesar de ela ter apresentado resultados positivos até agora não se pode deixar de considerar situações ocorridas em iniciativas semelhantes desenvolvidas em outros países que restringiram resultados favoráveis. Nesse sentido, a identificação de situações potenciais inadequadas junto a RBT e o reconhecimento de medidas e boas práticas adotadas com sucesso no exterior possibilitariam uma maior segurança na busca por resultados positivos.

Quanto ao processo de organização da crescente participação da sociedade civil na RBT, a experiência do Chile pode servir como referencial, pois o projeto “Sendero de Chile” passou por diferentes situações envolvendo voluntários ao longo da sua trajetória. Por isso desde 2000 ele tem alterado sua ênfase e deixado de focar na implantação das trilhas para se concentrar na promoção da atividade caminhada. Além disso, este projeto criou uma fundação para lidar com seu financiamento e continuidade (FUNDACIÓN SENDERO DE CHILE, 2018).

Outro caso que deve ser estudado como referência para isso é a “Appalachian

Trail”. Com extensão de 3.524 km do norte ao sul dos Estados Unidos esta trilha possui bastante experiência acumulada sobre a realização de parcerias entre a sociedade civil e os governos para gestão de uma trilha de longo curso. Nela diversos trechos menores são administrados por clubes de amantes das caminhadas e por fundações sem fins lucrativos, sendo todos organizados dentro da “Appalachian Trail Conservancy” (MCKINLEY et al., 2019).

Em relação à conservação da natureza, mesmo com a RBT sinalizando uma contribuição positiva até o momento se faz necessário ponderar que normalmente as atividades humanas em ambientes naturais causam impactos negativos por menos prejudiciais que elas possam parecer (PICKERING; NORMAN, 2017). Por isso é importante reforçar que o equilíbrio entre os impactos negativos e positivos da atividade podem e devem pesar em favor da conservação.

No caso das trilhas deve-se ter claro, por exemplo, que espécies exóticas invasoras podem aproveitar esses caminhos para invadir áreas silvestres naturais (MACIEL; BITENCOURT; SILES, 2011; XIE, 2018). Também deve ser considerado que as trilhas podem afetar de maneira distinta a fauna e flora locais (SOULLARD, 2017).

Outro aspecto a ser acompanhado é a possibilidade de ocorrer um desenvolvimento inadequado de infraestruturas nas trilhas e nos entornos que recebem esses usuários, especialmente em espaços públicos e privados carentes de instrumentos de planejamento e manejo (RUSCHMANN, 1997). Caso isto ocorra pode implicar na descaracterização da beleza original dos locais (PLOG, 2002) e na destruição de recursos frágeis como consequência do crescimento desordenado, situação que Krippendorf (1977) alertava já na década de 1970 ao questionar “se o turismo acabaria com o próprio turismo”.

Com base no alerta de Krippendorf (1977) e na conclusão de Chung e colaboradores (2019) de que “quanto mais conservada uma UC mais visitantes ela atrai”, identifica-se que a implantação da RBT traz um desafio inerente ao seu potencial para estimular um maior fluxo de pessoas em direção às UCs.

Nesse sentido cabe registrar que mesmo projetos mais antigos como o da “Appalachian Trail”, iniciado mais efetivamente em 1937, apresentam variações no grau de conservação das suas áreas. No caso desta trilha as áreas estão mais preservadas no sul, onde são administradas por órgãos públicos, e no norte, dentro de propriedades particulares; todavia, possui vários trechos intermediários com proteção inadequada (MCKINLEY et al., 2019).

Portanto, a demonstração efetiva da relação entre a RBT e a conservação das UCs se impõe como um dos principais desafios para os seus apoiadores. Será somente com a comprovação disso que este projeto poderá mostrar aos mais céticos que a atividade de caminhada vai além de simples passeios nos parques e pode se converter em instrumento importante para a gestão de áreas naturais.

Com esse intuito o monitoramento dos impactos deve ser feito pelos gestores das UCs para garantir que sejam corrigidos quaisquer danos que venham a ocorrer e potencializar os impactos positivos. Ressalta-se, no entanto, a importância de se escolher um método que envolva os usuários das trilhas nesse processo de modo a alertá-los sobre o impacto de sua influência na visita e a proibição de possíveis danos aos recursos naturais

como pichações e danos à fauna e flora.

Desse modo seu envolvimento poderá se converter em ação “positiva para gerar e aprimorar vínculos afetivos com a natureza” (MAMEDE et al., 2017) e assim promover a valorização das UCs. Além disso, a participação do usuário no registro das condições ambientais das trilhas visitadas poderá ser relevante para a conservação ambiental.

Nesse sentido, entre as boas práticas que podem ser utilizadas como referências para o envolvimento do visitante com a conservação, destaca-se o processo participativo Atlas “Mont-Blanc” implantado pelo “Centre de Recherches sur les Écosystèmes d’Altitude” no entorno do Monte Branco (França), pois nele o visitante é convidado a ter um papel ativo no monitoramento da fauna e da flora (CREA MONT BLANC, 2018). Este monitoramento ambiental também poderia ser combinado com um aplicativo como, por exemplo, o App “Guardião” da Trilha Transcarioca, que atualmente já possibilita denunciar práticas predatórias via aplicação instalada no *smartphone* (TRILHA TRANSCARIOCA, 2018).

### Considerações finais

A perspectiva de um aumento da procura por atividades ao ar livre no Brasil – devido à urbanização acelerada e à densificação urbana associada com a necessidade de se fomentar, de forma simples e ordenada, o uso público em áreas naturais, dentro ou fora das UCs – torna a criação da Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso um instrumento com potencial diferenciado para manter e conservar UCs.

Com a RBT surge uma nova possibilidade para ampliar o apoio da sociedade na conservação dessas áreas, seja por parte dos usuários que usufruem de uma experiência na natureza com qualidade, seja por parte das populações do entorno que obtêm benefícios com o maior uso público ordenado nas trilhas.

Há que se considerar também a necessidade de estudos sobre o impacto da utilização das trilhas para a saúde pública, os quais demandam uma avaliação em médio e longo prazos.

Os resultados obtidos pela RBT até o momento têm sido bastante favoráveis. Entretanto, há que se considerar que iniciativas semelhantes implantadas em outros países demonstram que projetos desse tipo não estão isentos de problemas associados a descontinuidades ou, ainda, de gerarem impactos negativos à conservação de determinadas espécies ou espaços.

É por isso que se recomenda aos envolvidos com a implantação das trilhas regionais vinculadas à RBT a criação de processos de monitoramento para acompanhar se a implantação dessas trilhas está colaborando com o cumprimento dos objetivos para os quais a rede foi planejada.

## Referências

- ARENA, R.; BOND, S.; O'NEIL, R.; LADDU, D. R.; HILLS, A.P.; LAVIE, C.J.; MCNEIL, A.. Public Park Spaces as a Platform to Promote Healthy Living: Introducing a Health Park Concept. **Prog Cardiovasc Dis.**, v. 60, n. 1, p. 152-158, jun./jul. 2017. HealthPark Concept, In: **Progress in Cardiovascular Diseases USA, 2017, 20p.**
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2000. 225 p.
- BENI, M. C; **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Editora SENAC, 2007. 556p.
- BOWKER, J.M.; BERGSTROM, J.C.; GILL, J. Estimating the economic value and impacts of recreational trails: a case study of the Virginia Creeper Rail Trail. **Tourism Economics**, v.13, n. 2, p. 241-260, 2007.
- BRASIL. **Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm). Acesso em: 15 nov. 2018.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Portaria conjunta (MMA/Mtur) nº 407, de 26 de março de 2018a**. Implementa a Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/informma/item/15168-governo-federal-lanca-rede-de-trilhas-de-longo-percurso.html> Acesso em: 26 fev. 2020.
- BRASIL Ministério do Turismo. **Brasil ganha sistema de trilhas de longo curso**. 2018b. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/12025-brasil-ganha-sistema-de-trilhas-de-longo-curso.html>. Acesso em: 15 nov. 2018.
- BRASIL. **Manual de Sinalização de Trilhas**. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2018c. Disponível em: [http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/manual\\_de\\_sinalizacao\\_de\\_trilhas\\_ICMBio\\_2018.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/manual_de_sinalizacao_de_trilhas_ICMBio_2018.pdf). Acesso em: 15 nov. 2018.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Portaria nº 75, de 26 de março de 2018d**. Dispõe sobre a instituição do Programa Nacional de Conectividade de Paisagens, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: [http://www.lex.com.br/legis\\_27630257\\_PORTARIA\\_N\\_75\\_DE\\_26\\_DE\\_MARCO\\_DE\\_2018.aspx](http://www.lex.com.br/legis_27630257_PORTARIA_N_75_DE_26_DE_MARCO_DE_2018.aspx). Acesso em: 15 nov. 2018.
- BREVES, G.; MENEZES, P. C. Entenda o que é o Sistema Brasileiro de Trilhas de Longo Curso. **Wikiparques, 4 set. 2018**. Disponível em: <https://www.wikiparques.org/entenda-o-que-e-o-sistema-brasileiro-de-trilhas-de-longo-curso/>. Acesso em: 15 nov. 2018.
- CAMINHO DAS ARAUCÁRIAS. **Trilha do Caminho das Araucárias (Grupo Público, 2018)**. 2018. Disponível em: <facebook.com/groups/1321470374628111/>. Acesso em: 25 fev. 2019.

CAMINHO DAS ARAUCÁRIAS. **Ata de Reunião realizada em 02 de julho 2019**. Grupo gestor do Caminho das Araucárias. Cambará do Sul, RS, 2019a.

CAMINHODAS ARAUCÁRIAS. **Mutirão de voluntariado no Caminho das Araucárias**. 2019b. Disponível em: <https://www.facebook.com/TrilhaCaminhodasAraucarias/>. Acesso em: 5 set. 2019b.

CASTRO, E. B. V. de. Changing a Brazilian Protected Areas Paradigm: Why Public Use Is Not Just Optional. **Journal of Parks and Recreation Administration**, v. 36, p. 129-140, 2018.

CHUNG, M. G.; DIETZ, T.; JIANGUO, L. Global relationships between biodiversity and nature-based tourism in protected areas. **Ecosystem Service**, Netherlands, n. 34, p. 11-23, 2018.

COHEN, D. A.; MCKENZIE, T. L.; SEHGAL, A.; WILLAMSON, S.; GOLNELL, D.; LURIE, N. Contribution of Public Parks to Physical Activity. Research and Practice, **American Journal of Public Health**, v. 97, n. 3, p. 509-514, 2005.

CORREIA, R. A.; JEPSON, P.; MALHADO, A. C. M.; LADLEA, R. J. Culturomic assessment of Brazilian protected areas: Exploring a novel index of protected area visibility. **Ecological Indicators**, Amsterdã, v. 85, p. 165-171, 2018.

CREA MONT BLANC. **Atlas Mont Blanc**. 2018. Disponível em: <http://www.atlasmontblanc.org/fr>. Acesso em: 10 dez. 2018.

EAGLES, P. F. J.; MCCOOL, S. F.; HAYNES, C. D. A. **Sustainable tourism in protected areas: guidelines for planning and management**. Cambridge, UK: IUCN, Gland, 2002. 191 p.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Atribuição de Terras no Brasil**. 2018. Disponível em: [https://www.embrapa.br/gite/projetos/atribuicao/170602\\_WEB\\_EMBRAPA\\_ATRIBUICAO\\_DAS\\_TERRAS.pdf](https://www.embrapa.br/gite/projetos/atribuicao/170602_WEB_EMBRAPA_ATRIBUICAO_DAS_TERRAS.pdf). Acesso em: 10 dez. 2018.

EUROPEAN RAMBLERS ASSOCIATION (ERA). **E-paths**. 2018. Disponível em: <http://www.era-ewv-ferp.com/walking-in-europe/e-paths/>. Acesso em: 10 dez. 2018.

FACEBOOK. **Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso**. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/search/top/?q=sistema%20brasileiro%20de%20trilhas>. Acesso em: 15 set. 2018.

FÉDÉRATION FRANÇAISE DE LA RANDONNÉE PÉDESTRE (FFRP). **Historique**. 2017. Disponível em: [https://www.ffrandonnee.fr/\\_13/historique.aspx](https://www.ffrandonnee.fr/_13/historique.aspx). Acesso em: 10 dez. 2018.

FIGUEIREDO, A. H. **O território Brasileiro**. Atlas Digital do Brasil. Brasília: IBGE,

2010. 307p.

FUNDACIÓN SENDERO DE CHILE. **Nuestra História**. 2018. Disponível em: <https://www.fundacionsenderodechile.org/historia>. Acesso em: 10 dez. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2011. 126p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE apresenta nova área territorial brasileira: 8.515.767,049 km<sup>2</sup>**. 2012. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14318-asi-ibge-apresenta-nova-area-territorial-brasileira-8515767049-km>. Acesso em: 10 dez. 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). Brasil ganha rede de trilhas de longo curso. **Biodiversidade Brasileira**, Brasília, n. 6, [s. p.], 19 out. 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). **Número de visitantes nas UC no Brasil: Painel Dinâmico**, 2019a.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). Programa de Voluntariado no PNSJ. **ICMBio em Foco**, Brasília, ano 11, n. 502, p. 12, 2019b.

INSTITUT NATIONAL DE LA STATISTIQUE ET DES ÉTUDES ÉCONOMIQUES (INSEE). **Comparateur du Territoire**. 2018. Disponível em: <https://www.insee.fr/fr/statistiques/1405599?geo=FRANCE-1>. Acesso em: 10 dez. 2018.

JEPSON, P. R.; CALDECOTT, B.; SCHMITT, S. F.; CARVALHO, S. H.C. Protected area asset stewardship. **Biological Conservation**, n. 212, p. 183-190, 2017.

KASTENHOLZ, E.; RODRIGUES, Á. Hiking as a Recreational and Tourist Activity – Comparing Portuguese Hikers with those from other Nationalities. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, Campinas, n. 7/8, p. 83-91, 2007.

KRIPPENDORF, J. **Les Devoreus de Payasages: Le Tourisme Doit-Il Detruire les Sites Qui Le Font Vivre?** Lausanne: Ed. 24 Heures, 1977. 157p.

LABORATOIRE SUR LES VULNÉRABILITÉS ET L'INNOVATION DANS LE SPORT (L-VIS); FRANCE. PÔLE RESSOURCES NATIONAL SPORTS DE NATURE (PRNSN); FÉDÉRATION PROFESSIONNELLE DES ENTREPRISES DU SPORT ET DES LOISIRS (FPS); FÉDÉRATION FRANÇAISE DES INDUSTRIES SPORT ET LOISIRS (FIFAS). **Baromètre des sports et loisirs de nature en France**. Lyon, France: Université Claude Bernard, Lyon 1, 2016.

GALLEGOS, A. G. The physical – sports activities in the nature and the tourist industry.

**Revista Internacional de Medicina y Ciencias de la Actividad Física y el Deporte**, v. 7, n. 26, p. 111-127, 2007.

LOBODA, C. R.; DEANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência**, Guarapuava, v. 1, n. 1, p. 125-139, 2005.

MACIEL, L.; BITENCOURT, M. D.; SILES, M. F. R. Alterations in the herbaceous vegetation along a tourist trail in the Serra do Mar, São Paulo, Brazil. **Acta Botanica Brasilica**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 628-632, 2011.

MAMEDE, S.; BENITES, M.; SABINO, J.; ALHO, C. J. R. Ecoturismo na região turística Caminho dos Ipês: conexões entre identidade biofílica e usufruto dos serviços ecossistêmicos. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 938-957, 2017.

MATOS, R.; BAENINGER, R. Migração e urbanização no Brasil: processos de concentração e desconcentração espacial e o debate recente. **Cadernos do Leste**, Belo Horizonte, v. 8, p. 342-384, 2004.

MCKINLEY, P. S.; BELOTE, R. T.; APLET, G. H. An assessment of ecological values and conservation gaps in protection beyond the corridor of the Appalachian Trail. **Conservation Science and Practice**, v. 1, n. 6, p. 1-13, jun. 2019.

MEDEIROS, R.; YOUNG, C. E. F.; PAVESE, H. B.; ARAÚJO, F. F. S. **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional**: Sumário Executivo. Brasília: UNEP-WCMC, 2011. 44p.

MENEGASSI, D. **Um caminho pelos significados da palavra socioambiental na Floresta Amazônica**. 2017a. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/um-caminho-pelos-significados-da-palavra-socioambiental-na-floresta-amazonica/>. Acesso em: 4 mar. 2019.

MENEGASSI, D. **Projeto de trilhas de longo curso brasileiras começa a sair do papel**. 2017b. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/projeto-de-trilhas-de-longo-curso-brasileiras-comeca-a-sair-do-papel/>. Acesso em: 10 dez. 2018.

MENEGASSI, D. **Ecoturismo é destaque na 1ª edição do Prêmio Nacional do Turismo**. 2018. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/ecoturismo-e-destaque-na-1a-edicao-do-premio-nacional-do-turismo/>. Acesso em: 10 set. 2019.

MENEGASSI, D. **Mutirão inicia sinalização da Trilha Transmantequeira**. 2019. Disponível em: <https://www.wikiparques.org/mutirao-inicia-sinalizacao-da-trilha-transmantequeira/>. Acesso em: 4 mar. 2019.

MENEZES, P. C. **Sinalização de Trilhas – Guia Prático**. 2014. Disponível em <http://sinalizetrilhas.wikiparques.org.br/download/>. Acesso em: 15 nov. 2018.

MENEZES, P. C. **Trilha Transcarioca, um trabalho de muitos**. 2015. Disponível em <https://www.oeco.org.br/colunas/pedro-da-cunha-e-menezes/29138-trilha-transcarioca-um-trabalho-de->

muitos/. Acesso em: 15 nov. 2018.

MENEZES, P. C. **O Brasil no caminho das trilhas de longo curso**. 2017. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/colunas/pedro-da-cunha-e-menezes/o-brasil-no-caminho-das-trilhas-de-longo-curso/>. Acesso em: 15 nov. 2018.

MERRIAM, D.; BALITY, A.; STEIN, J.; BOEHMER, T. **Improving Public Health through Public Parks and Trails: Eight Common Measures**. Summary report. Washington, DC, USA: US Department of Health and Human Services, Centers for Disease Control and Prevention and US Department of the Interior, National Park Service, 2017. 26 p.

NATIONAL PARK SERVICE (NPS). **Estatísticas do NPS**. Estatísticas de Uso de Visitantes do Serviço Nacional de Parques. Disponível em: <https://irma.nps.gov/Stats/Reports/Park/>. Acesso em: 29 jan. 2019.

O GLOBO. **Trilha Transcarioca torna-se legalmente a maior trilha urbana da América Latina**. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/trilha-transcarioca-torna-se-legalmente-maior-trilha-urbana-da-america-latina-21479504>. Acesso em: 15 nov. 2018.

PENNSYLVANNIA LAND TRUST ASSOCIATION (PLTA). **Economic Benefits of Trail**. 2011. Disponível em: <https://conservationtools.org/guides/97-economic-benefits-of-trails>. Acesso em: 10 dez. 2018.

PLOG, S. C. The Power of Psychographics and the Concept of Venturesomeness. **Journal of Travel Research**, La Trobe University, Austrália, v. 40, p. 244-251, 2002.

REDE BRASILEIRA DE TRILHAS (RBT). **Rede Brasileira de Trilhas – Dados atualizados**. 2019. Disponível em:

<https://www.facebook.com/notes/rede-brasileira-de-trilhas/rede-brasileira-de-trilhas-entra-na-era-digital/803684486694103/>. Acesso em: 5 set. 2019.

RIBEIRO JÚNIOR, C. E. **Trilha Velho Chico: por caatingas e cerrados até a Canastra** (2018). Disponível em: <https://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/trilha-velho-chico-por-caatingas-e-cerrados-ate-a-canastra/>. Acesso em: 4 mar. 2019.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Ed. Papirus, 1997. 300 p.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA). **Passaporte para as trilhas de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 2018. 80p.

SOULLARD; D.F. **Impacts of Recreational Trails on Wildlife Species: Implications for Gatineau Park**. Master of Science in Environmental Sustainability (Dissertation). University of Ottawa: Institute of the Environment, Otrawa, Canadá, 2017. 67p.

SOUZA, T. V. S. B.; SIMÕES, H. B. **Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação Federais para a Economia Brasileira**. Brasília: ICMBio/MMA, 2018. 28 p.

STATCOUNTER GLOBAL STATS. **Search Engine Market Share Brazil**. 2019. Disponível em: <http://gs.statcounter.com/search-engine-market-share/all/brazil>. Acesso em: 25 fev. 2019.

STATISTA. **Direct economic contribution of national park visitor spending in the United States from 2012 to 2017 (in billion U.S. dollars)**. 2018. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/220984/significance-of-spending-in-us-national-park-regions/>. Acesso em: 15 nov. 2018.

TRILHA TRANSCARIOCA. **Trechos**. 2018. Disponível em: <https://trilhatranscarioca.com.br/os-trechos/>. Acesso em: 15 nov. 2018.

VALLON PONT D'ARC. **Évaluation des retombées économiques et sociales de la Rando des Jasseries**. Collectif. Vallon Pont d'Arc: Pôle ressources national sports de nature, 2016. Disponível em: <http://www.sportsdenature.gouv.fr/publications/evaluation-des-retombees-economiques-et-sociales-de-la-rando-des-jasseries>. Acesso em: 15 nov. 2018.

XIE, Z. **Assessment of Trail Characteristics and Invasive Species Prevalence of an Alternative Border Crossing Route for the A2A Trail**. 2018. 72 f. Graduate Program in Environmental Studie (Degree of Master of Environmental – Queen's University, Ontário, Canadá, 2018. Disponível em: <https://qspace.library.queensu.ca/handle/1974/24247>. Acesso em: 15 nov. 2018.

YOUTUBE. **Transcarioca e o Sistema Brasileiro de Trilhas de Longo Curso**. 21 ago. 2018. 11 posts. Disponível em: [https://www.youtube.com/playlist?list=PLTflb\\_xLIBPggvS4J1wRhtr1FUosdlAT](https://www.youtube.com/playlist?list=PLTflb_xLIBPggvS4J1wRhtr1FUosdlAT). Acesso em: 15 jan. 2019.

WIKILOC. **Caminho das Araucárias**. 2019. Disponível em: <https://pt.wikiloc.com/trilhas-trekking/caminho-das-araucarias-28863487> Acesso em: 20 set. 2019.

WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL (WTTC). **Travel & Tourism Economic Impact 2018 – Brazil**. 2018. Disponível em: <https://www.wttc.org/-/media/files/reports/economic-impact-research/cities-2018/city-travel--tourism-impact-2018final.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

**Michel Tadeu Rodrigues Nolasco de Omena**

Submetido em: 30/03/2019

✉ michel.omena@gmail.com

Aceito em: 15/04/2020

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9475-2294>

2020;23:c00532

**Michel Bregolin**

✉ mbregolin@ucs.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4050-7557>

**Como citar:** OMENA, M. T. R. N., BREGOLIN, M. Importância das trilhas regionais para viabilização da rede brasileira de trilhas de longo curso. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. 23, p. 1-21, 2020.

# La Importancia de los Senderos Regionales para la Viabilidad de la Red Brasileña de Senderos Largos

Michel Tadeu R. N. de Omena  
Michel Bregolin

São Paulo. Vol. 23, 2020

*Artículo original*

**Resumen:** La urbanización acelerada ha alentado el turismo en áreas naturales y la búsqueda de la reconexión hombre-naturaleza. En este contexto, este artículo informa sobre la implementación de la Red Brasileña de Senderos a partir del seguimiento de las actividades del Sendero Regional “Camino de las Araucarias”, el análisis de documentos oficiales y datos sobre la Red disponibles en diferentes medios digitales. Evaluamos el potencial para contribuir a la conservación de la naturaleza, la conexión del paisaje, la promoción del turismo y el bienestar humano. Encontramos en este estudio 1.600 kilómetros de senderos creados en dos años, además del crecimiento del voluntariado y de la integración entre los administradores de las áreas protegidas. Concluimos por la importancia de los senderos regionales, destacando su relevancia para la conservación de las áreas y la generación de empleo e ingresos locales, basados en las buenas prácticas de iniciativas internacionales similares.

**Palabras-clave:** Caminos; Conservación; Turismo; Áreas Protegidas, Sistema de Senderos Brasileños, Camino Araucárias.

**Como citar:** OMENA, M. T. R. N., BREGOLIN, M. La Importancia de los Senderos Regionales para la Viabilidad de la Red Brasileña de Senderos Largos. . *Ambiente & Sociedade*. São Paulo, v. 23, p. 1-21, 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20190053r2vu2020L5AO>

# The Importance of Regional Trails for the Viability of the Brazilian Long Trails Network

Michel Tadeu R. N. de Omena  
Michel Bregolin

São Paulo. Vol. 23, 2020  
*Original Article*

**Abstract:** Accelerated urbanization has stimulated tourism in natural areas and the search for a reconnection between man and nature. In that context, this article narrates the implementation of the Brazilian Trails System (RBT) based on the monitoring of the Regional Trail Caminho das Araucárias activities and the analysis of official documents and data available in social media. We evaluated the RBT's potential to contribute to environmental conservation, landscape connection, tourism promotion and well-being through open-air recreation. In this study, we found that 1.600 kilometers of new trails were created in two years, and that there has been a growth of volunteer work and of integration among Protected Area managers. Lastly, the study highlights the importance of regional trails in enabling the RBT and its valuable contribution to the conservation of protected areas and the generation of employment and local income, based on the good practices of similar international initiatives.

**Keywords:** Trails; Conservation; Tourism; Protected Areas, Brazilian Trails System, Araucárias Way.

**How to cite:** OMENA, M. T. R. N., BREGOLIN, M. The Importance of Regional Trails for the Viability of the Brazilian Long Trails Network. *Ambiente & Sociedade*. São Paulo, v. 23, p. 1-21, 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20190053r2vu2020L5AO>